



IMAGINÁRIOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DA VIOLÊNCIA E DO CRIME ORGANIZADO EM RIO BRANCO (ACRE, BRASIL)

Imaginary and social representations of violence and organized crime in Rio Branco (Acre, Brazil)

Bruno Amaral Machado

Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) - Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6719883195099829> ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7425-7066>

E-mail: brunoamachado@hotmail.com

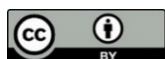
Luisa Amélia Lino

Mestre pela Universitat de Barcelona – Espanha

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9470-8402>

E-mail: luisaamelialino@outlook.com

Trabalho enviado em 29 de junho de 2022 e aceito em 07 de agosto de 2022



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Quaestio Iuris., Rio de Janeiro, Vol. 15, N.04., 2022, p. 2478-2511.

Bruno Amaral Machado, Luisa Amélia Lino

DOI: 10.12957/rqi.2022.68686

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as representações sociais sobre crime e violência na cidade de Rio Branco, Acre, Brasil. Com base em análise documental, entrevistas e questionário, e sob a ótica da Teoria das Representações Sociais, a pesquisa investiga e busca compreender as visões de autoridades estaduais sobre o crime organizado, bem como as narrativas dos moradores sobre crime e violência no contexto da ocupação da cidade por facções criminosas. Nossa análise se concentrou em: a) mapear os dados sobre o surgimento de facções criminosas em Rio Branco e as representações sociais oferecidas por especialistas no assunto; b) analisar as representações sobre crime e insegurança apresentadas pelos moradores do bairro *Belo Jardim*, descrito como o mais violento, e do bairro *Vilage Wilde Maciel*, oficialmente menos violento, levando em consideração as mortes violentas intencionais e a dominação das facções; c) discutir se os sentimentos de medo do crime e insegurança dos cidadãos correspondem ou mudam de acordo com a realidade do bairro em que vivem; d) identificar o que os participantes representam como possíveis mudanças em suas vidas desde o surgimento das facções criminosas.

Palavras-chave: Crime organizado/representações sociais/sentimento de medo e insegurança/violência.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the social representations of crime and violence in the city of Rio Branco, Acre, Brazil. The research seeks to understand, through documental analysis, interviews and survey, from the perspective of the Theory of Social Representations, the different views offered by civil servants on organized crime as well as residents' narratives on crime and insecurity, in the context of occupation of the city by criminal organizations. The analysis will focus on: a) mapping the data available on the emergence of criminal organizations in Rio Branco and the social representations of these organizations conveyed by experts; b) analyzing the representations of crime and insecurity of residents in the *Belo Jardim* neighborhood, described as the most violent, and the *Village Wilde Maciel* neighborhood, officially the least violent, taking into account the number of intentional violent deaths and the dominance of criminal groups; c) discussing whether citizens' feelings of fear of crime and insecurity correspond or change according to the reality of the neighborhood they live in; d) identifying what residents represent as possible changes in their life since the rise of such criminal organizations

Keywords: Organized crime/ social representations/ fear of crime and insecurity/ violence.

1. INTRODUÇÃO

Relatórios de organizações internacionais indicam que a violência é um dos obstáculos ao desenvolvimento dos países (Nações Unidas, 2015). O tema tem chamado atenção de gestores e pesquisadores sociais. Na América Latina, a violência tem ocupado cada vez mais a agenda de diferentes áreas de pesquisa social (Caldeira e Holston, 1999).

No Brasil, estudos mostram que as taxas de homicídios variam nas diferentes regiões do país e atingem, principalmente, os bairros mais pobres e marcados pela desigualdade social (Waiselfisz, 2017). Apesar dos altos índices de encarceramento, grande parte das investigações policiais de homicídios é ineficaz, o que é atribuído ao desempenho insatisfatório da polícia e do sistema de justiça criminal (Lima, Sinhoretto e Bueno, 2015).

Estudos recentes buscam relacionar o aumento das mortes violentas a outro fenômeno que teria relação com o crescimento da violência: as guerras entre facções criminosas. Relatam os estudos que uma das características das facções criminosas é a união de indivíduos com base em uma causa comum (que envolve atividades ilegais e antissociais), e isso, geralmente, causa oposição a grupos antagônicos (Da Silva Junior, 2012). Brodeur (1996) acrescenta que existem associações criminosas – ou melhor, facções – que organizam o crime. As próprias empresas criminosas não são rígidas e estão em constante mudança à medida que formam alianças com outros grupos e diversificam suas atividades.

Certamente, é mais fácil elencar as atividades ilícitas praticadas por organizações criminosas do que definir exatamente o que é o crime organizado em si, pois pode envolver qualquer atividade ou produto lucrativo no mercado ilícito, como tráfico de drogas, tráfico de pessoas, terrorismo, corrupção, lavagem de dinheiro (Albaneses e Verma, 2003, p. 7). Na América Latina, as formas de associação entre os agentes do Estado e as facções do crime organizado mostram a complexidade da questão e as peculiaridades locais (Míguez, Misse y Isla, 2014)¹.

Deve-se levar em consideração que o próprio conceito de crime organizado é complexo (Da Silva Junior, 2012). As pesquisas sobre as práticas do crime organizado apontam para as dificuldades para compreensão ampla do fenômeno, vez que devem ser consideradas questões econômicas, sociopolíticas, culturais, variações regionais e geográficas. Além disso, os países, muitas vezes, não criminalizam a criminalidade organizada em suas leis domésticas e o tratamento

¹ Sobre o crime organizado e as relações com o tráfico de drogas, consultar Paoli (2017) e Reuter (2014). Para uma visão interdisciplinar do assunto, sugere-se a leitura de Lampe (2006) e do estudo de Adorno e Sallas (2007) sobre o domínio das facções nas prisões.

legal varia, substancialmente, de país para país. Alguns sistemas legais concentram-se nas atividades, enquanto outros se concentram na estrutura do grupo. Algumas organizações são hierárquicas e possuem estrutura burocrática, enquanto outras são marcadas pela informalidade, muitas vezes descritas como *gangues* que buscam oportunidades ilícitas. Tudo isso, seguramente, impacta as estratégias de controle (Albanese, Das e Verma, 2003; Paoli, 2017).

Embora uma definição técnica e universal do crime organizado pareça impossível, uma definição legal dentro de seu contexto é relevante. No Brasil, a Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013 (Silva, 2015. p. 24), caracteriza organização criminosa em seu artigo 1º da seguinte maneira: «Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional».

O crescimento de mortes violentas intencionais² converteu Rio Branco, a capital do estado do Acre (na região Norte do país), na capital mais violenta do Brasil em 2017, com a taxa de 83,7 mortes por 100.000 habitantes em comparação com uma taxa média de 34 mortes por 100.000 habitantes nas outras capitais brasileiras (*Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 2018, p. 7). Apesar da redução em 2018 para 58,8 mortes por 100.000 habitantes, a taxa de homicídios permanece elevada se considerarmos a taxa média de 29,7 por 100.000 habitantes das demais capitais brasileiras (*Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 2019, p. 93). Recentemente, o Atlas da Violência (Cerqueira et al., 2020, p. 17) revelou a existência de mensagens pelo aplicativo *WhatsApp* anunciando suposta trégua entre facções criminosas no estado do Acre entre 2018 e agosto de 2019, o que sugere relação direta com a diminuição do número de mortes nesse período.

Evidentemente, a violência é fenômeno complexo que requer investigação dos contextos locais, pois há múltiplas variáveis a considerar – o que ultrapassa o âmbito deste artigo. Por esta razão, considera-se que os relatórios oficiais do Estado descrevem o cenário de conflitos territoriais entre grupos organizados no Rio Branco. Como hipótese inicial de pesquisa, considera-se que o fenômeno da violência em Rio Branco está ligado a disputas entre bandos rivais. Contudo, essa visão, recorrente em relatórios de expertos locais, ainda necessita de mais investigação para compreender o impacto dos conflitos nas mortes violentas e no sentimento de insegurança da

2 Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2018), as mortes violentas intencionais (MVI) “correspondem à soma das vítimas de homicídio, roubo seguido de morte, lesões corporais seguidas de morte e mortes resultantes de intervenções policiais dentro e fora de serviço (em alguns casos, contadas sob homicídios intencionais, de acordo com as notas explicativas). Assim, a categoria MVI representa o número total de vítimas de mortes violentas com intenção definida a partir de um determinado território”.

população. Os dados disponíveis permitem avançar com essa hipótese, mas não extrair relações causais, quanto mais conclusões definitivas.

Nos últimos anos, no Brasil, nota-se a proliferação de estudos sobre a violência, a segurança dos cidadãos e as práticas do sistema penal desde uma perspectiva de ciência social (Adorno e Lima, 2019; Muniz, Caruso e Freitas, 2017; Azevedo e Sinhoretto, 2017; Lima, Sinhoretto e Bueno 2015; Costa, 2019). Nos contextos das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro, há dados e estudos sobre violência, brutalidade policial, políticas de segurança; mais recentemente, estudos sobre o medo da criminalidade nos grandes centros urbanos (Adorno e Sallas, 2007; Costa e Durante, 2019; Lima, Ratton e Azevedo, 2014; Machado e Porto, 2019; Miguez, Misse e Isla, 2014; Silvestre, 2016).

No Norte, comparativamente, há menos estudos e relatórios sobre a questão da violência, embora existam investigações importantes. O estudo coordenado por Chagas, Silva e Vieira (2018) apresenta pesquisas que relacionam mortes violentas com o contexto de urbanização e a precariedade dos bairros mais pobres de Belém e Macapá, respectivamente, as capitais dos estados do Pará e do Amapá. A associação entre o tráfico de droga e a violência é o tema de estudos recentes.

Corrêa e Logo (2019), por exemplo, apontam para a relação entre os índices de desenvolvimento humano e o aumento de mortes violentas (2000-2010). A partir de análise estatística, sugerem que o tráfico de droga contribui para o aumento dos homicídios em Belém. Couto (2018) também investiga o crescimento do tráfico de droga em Belém, e demonstra o poder dessa forma de organização criminosa nos bairros mais pobres da cidade³.

Outra investigação sobre segurança nas zonas fronteiriças, coordenada por Neves et al. (2016), trouxe como tema de pesquisa área bastante vasta, do Sul para o Norte do Brasil. Para efeitos desse estudo, a investigação dedicada ao Acre (coordenada por Marisol de Paula Reis Brandt) ressalta a peculiaridade local da segurança nas cidades desse estado. A investigação destaca a percepção geral dos funcionários do sistema judicial sobre o aumento do consumo de drogas e como o fenômeno se articula com a criminalidade violenta e patrimonial, e reconhece a necessidade de mais estudos para aprofundar as ligações entre as drogas e a criminalidade para uma análise

3 Deluchey (2000) investigou a realidade institucional no estado do Pará, Brasil, tomando a Constituição de 1988 como ponto de referência; analisa desafios das políticas de segurança para enfrentar os contextos locais de violência e brutalidade policial. Mais recentemente, a investigação sobre violência e segurança no Norte tem ocupado a agenda acadêmica. Pesquisas sobre o tema, especialmente no que se diz a respeito da região Norte, foram publicadas na série Segurança e defesa: cidade, criminalidade, tecnologia e diversidade (Ramos et al., 2019).

mais detalhada da atuação da polícia (Neves et al., 2016). Araújo e Silva (2019) também analisaram mortes violentas em Rio Branco entre 2012-2016 e discutiram possíveis causas para o crescimento da taxa de homicídios. No final, apontam para o avanço do crime organizado e o relacionam ao crescimento de mortes violentas e o sentimento de insegurança da população local. Contudo, existem ainda poucas investigações sobre as realidades do Acre, um vasto campo que requer novas perspectivas e investimento.

Por outro lado, é verdade que as estatísticas e os relatos oficiais não alcançam todos os problemas relacionados com a segurança dos cidadãos. Fornecem pouca informação sobre a percepção do crime por parte das pessoas. Embora possa haver correlações entre a criminalidade e o medo do crime, são fenômenos com as suas próprias dinâmicas e efeitos. Estudos indicam que o medo pode estar presente em regiões com baixas taxas oficiais de criminalidade (Hale, 1996; Dammert, 2012). O medo tem efeitos negativos concretos, tanto psicológicos, tais como ansiedade e insatisfação com a vida urbana, como sociais, pela desconfiança nas instituições e pelo enfraquecimento dos laços sociais. Acarreta, também, consequências econômicas, como o custo com a segurança privada e de dispositivos de proteção de bens públicos e de casas. Do mesmo modo, os efeitos políticos do medo são perceptíveis, especialmente os discursos “punitivistas” de ódio aos diferentes, que, por sua vez, alimentam narrativas discriminatórias e racistas (Costa, 2020, p. 189).

O medo não se confunde com os conceitos de vitimização e de percepção do risco do crime. Se a vitimização estiver associada à experiência de ter sido vitimada, a percepção do risco pode ser definida como juízo individual sobre o risco potencial de ser vítima. O medo, em contrapartida, é socialmente construído e corresponde a uma categoria psicológica que relaciona a percepção individual, não dissociada da percepção da desordem e, sentimentos de violência e criminalidade. Assim, o medo depende das representações sociais que reproduzimos sobre os riscos que nos afligem, bem como do perfil individual e do local onde vivemos (Costa, 2020, p. 190-191).

Esta discussão abre uma ampla agenda de metodologias e técnicas de investigação empírica, tais como questionários de vitimização e técnicas mais qualitativas, como entrevistas aprofundadas e enquetes para compreender como os cidadãos representam socialmente o medo do crime e como este afeta as suas vidas. Dessa maneira, este artigo visa analisar as representações acerca do crime organizado e da violência em Rio Branco de acordo com os resultados da investigação exploratória baseada em relatórios oficiais, entrevistas em profundidade e questionários realizados.

Inicialmente, analisam-se as representações sociais da criminalidade organizada e os seus efeitos sobre a violência, exteriorizadas pelos funcionários do sistema de justiça em seus relatos e

nos informes oficiais disponíveis. O que informam os especialistas sobre a violência em Rio Branco? Que relações estabelecem entre o crime organizado e a violência?

A partir do discurso oficial, examina-se, igualmente, as narrativas dos moradores dos bairros *Belo Jardim*, marcados por elevados níveis de desigualdade social e com o maior número de mortes violentas intencionais desde 2016, e *Village Wilde Maciel*, bairro ocupado por moradores de classe média alta e que não registrou mortes violentas intencionais nos últimos anos (Observatório de Análise Criminal do Núcleo de Apoio Técnico/Ministério Público do Estado Acre - NAT/MCPAC, 2019, p. 49; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2020). Como essas pessoas exteriorizam a sua percepção da violência? Nos bairros menos afetados pela violência crescente, as pessoas se sentem menos afetadas?

Na segunda parte desse artigo, pretende-se discutir as representações que indicariam o sentimento de medo do crime e de insegurança dos residentes nos dois bairros. Indaga-se se o fato de se viver numa zona violenta, de acordo com dados oficiais, influencia a representação do sentimento de medo do crime e da insegurança. Além disso, com base nessas representações sociais, investiga-se as diferentes percepções dos efeitos da violência sobre a vida da população do Rio Branco. Este estudo é necessário porque, traz novas perspectivas sobre o contexto local e se justifica porque visa fornecer dados e análises para pensar em ações de políticas públicas em segurança dos cidadãos.

2. TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS (TRS) COMO DISPOSITIVO METODOLÓGICO DE ANÁLISE

A teoria das representações sociais (TRS), com origem na psicologia social (Moscovici, 1994, 2001, 2003), é um dispositivo metodológico útil para a análise sociológica. Isso implica investigar a realidade com base no que se pensa sobre ela e, particularmente, a forma como os atores sociais exteriorizam determinados fenômenos. Nessa perspectiva, a linguagem constitui a matéria-prima da análise sociológica.

A ideia central da abordagem é pesquisar acerca de determinado fenômeno a partir de formulações do senso comum, exteriorizadas por meio de representações sociais. São exatamente o senso comum e os valores compartilhados que interessam ao investigador porque se supõe que com isso se possa conhecer as condições que estruturam os imaginários. Por outras palavras, as crenças propiciam o material empírico para análise.

Pesquisar a realidade desde relatos da mesma pressupõe que o que é elaborado sobre a realidade é condicionado pela inserção social das pessoas, que externam concepções do mundo que



procuram dar-lhe sentido. As representações sociais, também, moldam um mundo próprio e orientam as suas práticas. Não são exatamente verdadeiras ou falsas, mas a matéria-prima do trabalho sociológico (Porto, 2010).

A análise das relações entre um dado fenômeno e as suas representações não significa de modo algum assumir que são equivalentes a dados reais, mas sim considerá-los como outros dados da realidade que devem ser objeto de análise (Porto, 2010). Uma investigação que visa analisar as representações sociais considera a relevância das crenças, valores e ideologias no conhecimento de uma dada realidade. Por essa razão, não procura defini-lo como irracional se detectado qualquer desacordo com os dados que supostamente descrevem a realidade (Moscovici, 1994).

Na perspectiva sociológica, relevante para este estudo exploratório, as ações e representações sociais são descritas como fenômenos relacionados. As subjetividades exteriorizadas nas representações sociais impactam as relações sociais. O que significa compreender que os indivíduos se movem em contextos específicos que dão sentido às suas práticas (Porto, 2010).

3. METODOLOGIA

3.1 Entrevistas semiestruturadas

A pesquisa iniciou-se com análise bibliográfica do tema, de dados estatísticos e relatórios governamentais sobre a segurança dos residentes de Rio Branco. Estudo preliminar permitiu identificar especialistas locais sobre o assunto e a narrativa oficial sobre as mortes violentas no Acre. A partir daí, realizaram-se entrevistas com funcionários do Ministério Público e de delegacias de polícia especializadas no combate ao crime organizado: um promotor, um funcionário assessor do Ministério Público e dois delegados de polícia, entre os dias 14 e 20 de agosto de 2019. O objetivo das entrevistas foi conhecer as representações sociais de agentes especializados do sistema de justiça criminal sobre a dinâmica dos fatos delituosos e o papel dos grupos criminosos no território analisado e, bem como as diferentes visões sobre as condições de controle criminal.

3.2 Questionários aplicados

Para investigar se o medo do crime e o sentimento de insegurança dos moradores de bairros marcados por níveis opostos de violência (MVI neste caso) correspondem ou variam em relação à cidade, foi selecionado o bairro *Belo Jardim*, unificação dos territórios *Belo Jardim 1* e *Belo*



Jardim 2, por apresentar o maior número de mortes violentas intencionais desde 2016 - o ano definido pelos dados disponíveis como o início do conflito entre grupos criminosos organizados em Rio Branco. As estatísticas oficiais de mortes violentas intencionais comunicadas pelo Ministério Público do estado do Acre indicam os dados de mortes em *Belo Jardim*: 14 em 2016, 18 em 2017, 16 em 2018 e 14 em 2019 (NAT/MCPAC, 2019, p. 49; NAT/MCPAC, 2020)⁴.

Por sua vez, o bairro *Vilage Wilde Maciel* foi escolhido por não registrar nenhuma morte violenta intencional desde 2013 (NAT/MCPAC, 2019, p. 49) - período indicado pelos funcionários entrevistados e confirmado por dados estatísticos como marcado pela guerra entre facções criminosas.

Os dados oficiais indicam que o grupo B13 (*Belo Jardim 2*) e o Comando Vermelho (*Belo Jardim 1*) atuam no bairro *Belo Jardim*. Por outro lado, o bairro *Vilage Wilde Maciel* está listado como território neutro em conformidade às informações não públicas fornecidas pela delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (DRACO). Ou seja, são bairros com diferentes experiências do fenômeno das facções criminosas.

De acordo com os últimos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020a), o índice de desenvolvimento humano da cidade de Rio Branco é de 0,727 em 2010⁵ e a população atual é de 413.418 pessoas. Numa consulta formal, o IBGE informou alguns dados relevantes sobre os bairros selecionados para este estudo. No bairro de *Belo Jardim*, o rendimento dos habitantes situa-se predominantemente entre $\frac{1}{4}$ e 1 salário- mínimo. Já no bairro de *Vilage Wilde Maciel*, os rendimentos domésticos mensais são os mais elevados da cidade.

Enquanto a maioria das casas no bairro de *Belo Jardim* é simples e usam cercas de madeira para proteção ou divisão do terreno, já que poucas casas têm muros, o *Vilage Wilde Maciel* caracteriza-se como bairro planejado, com grandes casas com muros altos, algumas com dois andares e com segurança privada. Há, também, boa estrutura de serviços, supermercados, hospitais, grandes lojas, restaurantes, iluminação pública, recolhimento de lixo, sistemas de água e esgotos (IBGE, 2020a).

A fim de identificar as representações sociais dos residentes dos bairros acima mencionados sobre o impacto das facções criminosas e da criminalidade organizada em Rio Branco, foi realizada pesquisa por meio de questionário anônimo misto com perguntas fechadas e abertas. As perguntas

4 O referido relatório não é público e foi enviado diretamente aos investigadores para essa pesquisa.

5 Os dados são recolhidos de 10 em 10 anos, mas em 2020, devido à pandemia, não foram realizados questionários e o recolhimento de dados. É por isso que os dados sobre o índice de desenvolvimento humano, por exemplo, são de 2010.

procuravam “obter informações sociodemográficas do entrevistado e representações a perguntas com respostas alternativas (sim - não, conheço - não conheço etc)” (Richardson, 2017, p. 214). As perguntas abertas tiveram o objetivo de detalhar as representações sociais sobre várias questões relatadas pelos sujeitos da investigação.

A metodologia de amostragem do questionário consistiu na “Bola de Neve”. A sua execução ocorre com a captura de algumas pessoas, consideradas como sementes, que ajudam o pesquisador a encontrar outras para o objetivo específico da investigação. Assim, os primeiros participantes indicam outros e assim por diante, até se atingir o ponto de saturação (Vinuto, 2014, p. 203). Além disso, a metodologia mostrou-se relevante em áreas de difícil acesso, vez que a investigação compartilhada por uma pessoa conhecida facilita a cooperação de outros participantes (Cohen e Arieli, 2011, p. 428).

Registra-se que houve resistências e, inclusive, medo de participar por parte de alguns informantes. A partir dos contatos iniciais com os residentes, e após esclarecer o objetivo da investigação, alguns dos participantes iniciais auxiliaram a divulgar o questionário às pessoas que conheciam, que viviam no bairro e que manifestaram interesse em participar. O link para o questionário, que só pôde ser respondido uma única vez pela mesma pessoa, foi enviado pelo *WhatsApp* ou *e-mail*, facilitando a coleta de dados. No final, a enquete foi aplicada a 50 (cinquenta) pessoas, 25 (vinte e cinco) de cada um dos dois bairros que constituem a amostra desta investigação, por meio da ferramenta *Google Forms*⁶ no período de 9 de abril de 2020 a 5 de maio de 2020.

Buscou-se definir a amplitude da amostragem pelo critério de saturação que estabelece uma média de 12 entrevistas (Guest, Bunce and Johnson, 2006) e pelo que é proposto por Sampieri et al. (citado em Richardson, 2017, p. 152) que o ponto de saturação varia entre um e 50 casos na maior parte das vezes. Ademais, o método de amostragem demonstrou ser o mais conveniente no atual contexto pandêmico, considerando a dificuldade de contatos diretos com os participantes.

Trabalhos recentes sobre a percepção do medo utilizam diferentes ferramentas metodológicas e técnicas, tais como questionários de vitimização. A concepção de cada amostra está associada aos objetivos da pesquisa, como o mapeamento das percepções sobre a atuação das forças de segurança, que podem impactar a sensação de insegurança de maneira efetiva (Costa e Durante, 2019). Dadas as condições atuais, como primeira abordagem, optou-se por instrumento

6 Método escolhido devido à impossibilidade de realizar o questionário pessoalmente, dado o atual contexto pandêmico da COVID-19.

bastante simples, ajustado ao objetivo inicial da investigação e pretende-se expandir o estudo exploratório em investigação futura.

4. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS EM RELAÇÃO À CRIMINALIDADE ORGANIZADA EM RIO BRANCO

No campo da segurança dos moradores, o crime organizado está associado a práticas violentas em certos contextos nacionais. No Brasil, a construção da droga como problema social e a inserção do país nas rotas do tráfico internacional nos anos 80 trouxeram o tema para a agenda do debate sociológico (Schabbach, 2013, p. 278-279). A diversificação das atividades ilícitas e os contextos regionais que facilitam o aparecimento das facções envolvidas nestes grupos é também objeto de debate.

Especialistas no assunto afirmam que o risco do aparecimento do crime organizado envolve diferentes fatores que o favorecem, tais como a pobreza, a baixa regulamentação do mercado, a baixa eficácia do sistema de justiça penal, a procura do produto ilícito, a existência prévia de criminosos e mercados locais, bem como as facilidades para explorar o negócio ilícito, a rede de relações entre membros e o cálculo da rentabilidade e do risco da atividade (Albanese, Das e Verma, 2003, p. 450).

No Brasil, estudos sugerem a origem do crime organizado nas favelas do Rio de Janeiro⁷. A população excluída organizou-se para satisfazer necessidades básicas de sobrevivência como reação ao Estado ausente (Campos e Santos, 2004), explicação que requer compreensão da complexidade das relações sociais estabelecidas nas regiões marcadas pela desigualdade e pelo abandono do Estado. Em contraste, a investigação aponta para a origem do crime organizado no contato entre presos políticos, possuidores de conhecimentos e técnicas criminais, e presos comuns na prisão da *Ilha Grande*, localizada no Rio de Janeiro (Reginato e Moreira, 2015), durante o período da ditadura militar brasileira entre 1964 e 1985. Sucedeu que, supostamente, essa fusão trouxe o intercâmbio de informações sobre planejamento, organização, respeito pelas hierarquias e outras estratégias para cometer crimes de uma forma mais elaborada (Maia, 2011).

Nesse contexto, aquilo que interessa neste artigo não é apresentar as narrativas que são mais relevantes para o debate teórico, uma vez que podem ser analisadas como hipótese e argumentos

7 No Brasil, há debate sobre os antecedentes do crime organizado. Para alguns, seria o cangaço na segunda metade do século XVIII (Reginato & Moreira, 2015). No entanto, o cangaço é movimento que precede ao surgimento da criminalidade organizada, com uma configuração histórica diferente que não tem espaço para ser detalhada neste artigo. Mais informações podem ser encontradas em Da Silva (2009, p. 9).

em disputa no campo, mas sim as que se refletem nas representações sociais exteriorizadas em documentos oficiais e nos relatos dos funcionários do Estado. Como material empírico, consideram-se tanto as entrevistas com os funcionários como os relatórios oficiais das organizações de que são membros.

Assim, mais do que a verdade dos dados e explicações técnicas, interessa ao estudo conhecer a forma como eles participam na produção do discurso oficial sobre o crime. A criminalidade e a violência, em particular, estariam relacionadas com o *ethos* da especialidade desses funcionários do sistema judicial: o crime organizado e as facções em Rio Branco. Por outro lado, um dos entrevistados sugere possuir conhecimento acadêmico, e sublinha como o crime organizado é hoje em dia diferente em Rio Branco: “Quero te falar um pouco, não sei se você vai usar, talvez não use. Quando fiz a minha tese, falei sobre o crime organizado, mas falei sobre o crime organizado do tempo de Hildebrando”. Deputado federal nos anos 90, Hildebrando integrava um grupo criminoso no período descrito como a entrada do crime organizado nas estruturas de poder locais no Acre. O delegado explica: “E qual é a estrutura de uma organização criminosa? Uma estrutura hierárquico-piramidal muito bem definida, na qual há um chefe, um sub-chefe, gestores, homens de execução, um pacto de silêncio entre os seus membros (...). Eles morrem, mas não se entregam”.

Nos seus relatos, os funcionários explicam as diferentes facções que se estabeleceram na capital do Acre nos últimos anos, descrita anteriormente como “cidade pacífica com boa qualidade de vida”. Conforme mencionado anteriormente, a facção criminosa Comando Vermelho, descrita pelos funcionários como uma das principais facções a operar em Rio Branco, estabeleceu a sua liderança naquela prisão do Rio de Janeiro - a prisão da *Ilha Grande* – como forma de reivindicar melhorias nas condições violentas do sistema penitenciário com o slogan “*Paz, Justiça e Liberdade*”. Contudo, o slogan, de maneira rápida, se tornou “*tudo por dinheiro*” com a implementação do tráfico de droga (Maia, 2011; Araújo e Fonseca, 2015).

Conforme informado por funcionários da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (DRACO), as investigações descrevem como aconteceu o aparecimento das outras duas facções criminosas envolvidas em atividades ilegais em diferentes localidades no mesmo período: o Primeiro Comando da Capital, com origem na *Casa de Custódia de Taubaté*, São Paulo, em 31 de Agosto de 1993 (Manso e Dias, 2018, p. 86) e Bonde dos 13 (ou simplesmente Bonde), resultantes da união de treze reclusos da *Unidade de Recuperação Social Francisco de Oliveira*, localizada em Rio Branco, em 2013. A particularidade do aparecimento desta última facção deu-se em razão de que seus membros estavam atentos ao crescimento e ao fortalecimento de outras facções criminosas de outros estados brasileiros no seu “território”. Dessa forma, fundaram

organização criminosa nativa com princípios e diretrizes próprias (Observatório de Análise Criminal do NAT/MCPAC, 2019, p. 142).

Um delegado especializado⁸ no tema informou que, de acordo com os parâmetros atuais, a criminalidade organizada no território do Acre começou entre 2011 e 2012, quando o Brasil estava dividido entre as organizações criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho. As duas organizações precisavam se expandir a fim de obter mais benefícios econômicos. O delegado explica que, no Acre, o primeiro registro de instalação foi do PCC, em 2012, e depois do Comando Vermelho (Comando Vermelho) e do Bonde. A partir de então, essas organizações imporiam as suas regras e ditames em conformidade com os seus estatutos. O delegado, também, conta detalhes acerca de como as facções disputam o território e após o domínio do território, como dividem a riqueza e os pontos de venda: “A facção tem como objetivo dominar o território, e é por isso que aqui, em Rio Branco, há cada vez mais esta luta e, de vez em quando, a estabilização dos territórios”. E esclarece: “A existência de pontos de venda só é permitida se a facção autorizar. A facção autoriza e a pessoa paga uma taxa mensal”.

Além do mais, segundo o relatório do Observatório de Análise Criminal do NAT/MCPAC (2019, p. 141-142), o governo obteve relatórios sobre a suposta formação de célula da organização criminosa de São Paulo no Acre, e assim, as investigações se iniciaram por intermédio do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (*GAECO*) em outubro de 2012. O relatório destaca a união com os traficantes locais, que resultou no grupo criminoso Bonde dos 13, atualmente um aliado do PCC. O relatório menciona, ainda, a formação de terceiro grupo organizado local, acordado com os dois anteriores, chamado Irmandade Força Ativa Responsabilidade Acreana (*IFARA*), considerado uma ramificação do PCC.

A facção criminosa Comando Vermelho chegou ao estado do Acre no final de 2015 e início de 2016, de acordo com a Operação Êxodo. O mesmo relatório acima mencionado observa que, atualmente, esse grupo não tem alianças, domina as rotas e grande parte do comércio ilegal de drogas no Acre (Observatório de Análise Criminal do NAT/MCPAC, 2019, p. 142). A região Norte, onde está localizado o estado do Acre, é descrita como área estratégica para o tráfico de cocaína e maconha, pois faz fronteira com a Colômbia, Peru e Bolívia, todos produtores dessas substâncias. O relatório sugere que essa localização geográfica facilita as atividades das facções criminosas na sua relação com o tráfico internacional de droga, assim como aumenta o seu domínio territorial e envolvimento na produção e logística dos narcóticos (Observatório de Análise Criminal

8 Ler Neves (2016, p. 549) sobre o papel do estado do Acre na entrada de drogas no Brasil e as ligações entre o município de Cruzeiro do Sul (também no Acre) e a rodovia BR 364 na distribuição de drogas no Brasil.

do NAT/MCPAC, 2019, p. 137). Mais detalhadamente, destaca-se que o terreno do Acre tem 1.350 km de fronteira com o Peru e 618 km com a Bolívia, que são responsáveis pela produção de mais de 10% da cocaína mundial (Observatório de Análise Criminal do NAT/MCPAC, 2019, p. 147-148).

A circulação de drogas é facilitada pelo grande número de canais de água nessas regiões - há rios que começam na Bolívia e no Peru (Souza, 2018) - sem inspeção devido a dificuldades logísticas e operacionais, além da densa cobertura vegetal e de difícil acesso, que permite o fluxo de seres humanos, drogas e contrabando (Observatório de Análise Criminal do NAT/MCPAC, 2019, p. 149-153). O relatório também destaca outras práticas criminosas, tais como o contrabando de armas e munições, refúgio para criminosos, roubo e furto de automóveis, imigração ilegal, exploração ilegal de recursos naturais, homicídios e prostituição, incluindo a exploração sexual de crianças e jovens. Um dos delegados entrevistados indagou: dizem que a cocaína do Peru e da Bolívia é a melhor, certo? Sim. Nisso, o Comando Vermelho viu a importância e começou a se estabelecer no Acre. Eles viram a rentabilidade. O PCC também viu e também trouxe mais pessoas. Quando viram a importância, começaram toda essa guerra, essa matança”.

O documento oficial do Observatório de Análise Criminal do NAT/MCPAC (2019) explica que os crimes não são cometidos de forma estável, ou seja, há sempre disputas entre facções criminosas e, inclusive, entre membros de uma mesma facção. Salienta que as primeiras manifestações violentas contra a propriedade pública e privada, realizadas por essas associações criminosas no estado do Acre, ocorreram em outubro de 2015. Os ataques e atentados (incêndios a casas, carros, ônibus) espalharam-se por todo o estado como forma de desafiar as instituições judiciais e policiais (G1, 2015). O delegado explica: “Tem de compreender o seguinte: por exemplo, o seu principal lucro é o tráfico de droga, certo? Tráfico de droga, mas, às vezes, precisam de dinheiro rápido, por isso roubam, aqui, camionetes e as levam para a Bolívia para trazer droga”.

Todavia, ainda, relata o delegado entrevistado, a forma como as facções atuam sugere as relações das práticas criminosas articuladas com o negócio ilícito: “Pode colocar o roubo em geral porque, há roubo de carros, às vezes, roubo de celulares também”. As dinâmicas locais, da mesma forma, aparecem nos relatos dos funcionários. Na sua percepção, a guerra por territórios é a chave para compreender as mortes violentas: “As pequenas lojas, os lugares de venda, como se chama, têm lugares estratégicos para criar um ponto de venda” (excerto da entrevista).

Os meios de comunicação social relatam que o sentimento de medo dominou a população no episódio de outubro de 2015. Valéria Souza, uma residente do bairro *Calafate*, revelou ao jornal G1: “Estamos vivendo um caos. Ficamos à mercê dessas pessoas porque eles ficaram livres e a gente presa dentro de casa, com medo de sair. É um sentimento de insegurança, é triste”(G1, 2015). Esta

representação coincide como imaginário de residente (informante da pesquisa) sobre o que se descreve como a capacidade dos criminosos para dominar as ruas públicas e submeter a população a um sentimento de medo e insegurança. Os acontecimentos de 2015 indicariam a presença de grupos criminosos em Rio Branco e o suposto desejo de poder e dominação presentes nos ideais dos grupos. Em outras palavras, o objetivo de domínio territorial fez com que a guerra entre as facções começasse. Segundo especialistas, o ponto-chave do conflito veio com a morte do brasileiro Jorge Rafaat Toumani, o mais poderoso traficante na fronteira entre o Paraguai e o Brasil (Amorim, 2016; Revista Veja, 2016). Jorge Toumani assumiu o controle das rotas de tráfico de cocaína e maconha desde 2000, anteriormente sob o comando de Fernandinho Beira-Mar, então o maior traficante do país (Revista Veja, 2016), e fornecia drogas ao Comando Vermelho e ao PCC (Amorim, 2016)⁹. Amorim (2016) relata que a tomada das rotas por Toumani representou o início do conflito entre os grupos criminosos - PCC e Comando Vermelho - e o cartel de Jorge, interrompendo a relação entre eles. Assim, os traficantes brasileiros procuraram aliança com o seu principal adversário, Jarvis Chimenes Pavão, e assim, se originou a conspiração para matar o “Rei da Fronteira” (Jorge Rafaat). Em razão de seu assassinato, inúmeras rotas de tráfico ficaram sem um “dono”. Esse fato acentuou a disputa entre grupos criminosos organizados pelo possível controle do comércio fronteiriço e acesso aos narcóticos da Bolívia, Peru e Paraguai.

O resultado, relatam os expertos, foi a explosão da rivalidade dentro e fora das prisões no início de 2017 (Atlas da Violência, 2019, p. 9), o que impactou no número de homicídios em Rio Branco. Desse modo, o número de mortes violentas intencionais aumentou para 83,7 por 100 mil habitantes em 2017 (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2018), tornando Rio Branco a capital mais violenta do Brasil¹⁰.

A partir da TRS (Moscovici, 2003; Porto, 2010), os dados estatísticos são a matéria-prima a partir da qual os especialistas elaboram os seus relatórios e diagnósticos sobre violência e segurança dos cidadãos. Não se investiga a relevância das suas propostas, mas sim a forma como constroem a imagem oficial de contextos violentos e disputas entre as facções como a origem do fenômeno. Desta forma, embora muitas mortes não sejam esclarecidas pela polícia, ou seja, os

9 Carlos Amorim, autor do livro “CV - PCC: A irmandade do crime”, explicou o episódio que levou ao assassinato do referido criminoso. De uma fonte da Polícia Federal, Amorim obteve a informação de que tudo começou numa reunião realizada na cidade de Ponta Porã (Amorim, 2016).

10 Segundo a mesma publicação, a média nas capitais brasileiras era de 34 por 100.000 habitantes. Ou seja, houve disparidade negativa entre a realidade da capital do estado do Acre e a dos outros estados brasileiros.

autores e os envolvidos nos homicídios não são conhecidos, o discurso oficial apresenta cenário que relaciona a criminalidade com o domínio das facções de tráfico de droga¹¹.

Essa compreensão da causa da violência aparece de distintas formas nas representações oferecidas pelos especialistas, pelos meios de comunicação social e pela população em geral. O ambiente da cidade é descrito como violento. Embora as mortes violentas constituam um fenômeno complexo, particularmente no Brasil, o que pressupõe investigação qualificada dos seus contextos, o discurso que associa a sua causa à ascensão das facções e ao domínio do território ocupa espaço nos meios de comunicação social e é reproduzido e reafirmado em relatórios oficiais. As imagens da criminalidade como fator de violência referem-se à insuficiência de recursos materiais e humanos.

Um dos delegados entrevistados aponta para aquilo que considera mais importante: “pouco investimento em tecnologia de investigação criminal e em formação policial. Avalio que o mais grave não são as instituições, mas as leis. Uma legislação inadequada, desligada dos avanços sociais, o que não nos ajuda em nada”. Os funcionários criticam o fato de que cada governo se dedica a mudar suas bandeiras políticas que não implicam em inovação e organização. As tentativas são tímidas no combate ao crime organizado. Reconhecem, no entanto, que as ações atuais são ineficazes devido às limitações do poder político para fazer com que os agentes do sistema façam o mínimo necessário para impactar nos indicadores de violência. A autoridade entrevistada relata:

“A Polícia Militar poderia ser menos reativa e atuar preventivamente. Destaco a baixa eficácia da Polícia Civil e a baixa qualidade do seu trabalho e os efeitos que tudo isso causa. A pretensão punitiva do Estado é iniciada com a Polícia Civil e, se não houver um bom trabalho, o que vemos é impunidade. A Polícia Civil do Acre carece de gestão e controle das suas atividades. Há uma falta de integração nas ações e noto o ciúme de que um assume as funções do outro. Não há forma de mudar este cenário sem a aproximação entre os autores e a união de esforços”.

Estudos sobre as representações sociais dos funcionários do sistema de justiça revelam diferentes pontos de vista sobre a violência e as formas de atuação do Estado (Azevedo e Sinhoretto, 2017, p. 196-198). A pesquisa sobre representações sociais de mortes violentas na região metropolitana de Brasília, por exemplo, tem apontado críticas recíprocas sobre o desempenho do sistema de justiça e da polícia. Os relatos de guerra entre facções que dominam o tráfico de droga sugerem que esta seja a causa do aumento de mortes violentas. Em contraste, o ceticismo quanto à atuação penal e o discurso do “nada funciona” prevalece entre os delegados de polícia,

11 No Acre, apenas 28,5% dos autores de homicídios foram identificados em 2016 (Sou da Paz, Anexo, 2019, p. 11).

procuradores e juízes (Machado, Porto, 2019). Mais recentemente, Silvestre (2016) analisou as representações sociais oferecidas pelos profissionais do sistema de justiça do crime organizado em São Paulo. Na sua tese de doutoramento, a autora destaca o consenso dos agentes do sistema sobre a negligência do Estado em relação ao crime organizado. No contexto da ineficácia do sistema de justiça, o discurso que justifica as ações violentas da polícia e as disputas entre os profissionais do sistema de justiça ganham espaço na arena pública.

Os relatos dos funcionários entrevistados para esta pesquisa e os relatórios oficiais consultados sugerem que a competição por rotas de tráfico de droga entre facções criminosas mudou, de fato, a realidade social de Rio Branco, criando situações em que o Estado é incapaz de agir.

Nas informações extraídas dos relatos e relatórios, Rio Branco aparece como cidade violenta, e os bairros mais pobres são ocupados na disputa territorial entre facções. As narrativas indicam que os cidadãos andam pela cidade com a máxima atenção e, que o sentimento de medo e insegurança estão no ar. A guerra entre facções, por outro lado, não aparece nos relatos dos expertos como associada à negligência ou abuso policial. Interpreta-se, no entanto, o que outros estudos já salientaram (Silvestre, 2016): a negligência do Estado facilitou tanto a entrada das facções nas prisões como a sua dominação dos bairros. As forças de segurança são incapazes de agir de forma eficaz, assim como o desempenho do trabalho de investigação policial.

Da perspectiva sociológica proposta pela TRS (Moscovici, 2001; Machado e Porto, 2015), mais do que verificar a veracidade e exatidão dos relatos e explicações, é importante compreender as crenças dos autores e como estas se articulam nas suas práticas - neste caso, expressas nos relatórios que exteriorizam o diagnóstico do especialista. As suas exposições informam mais sobre as representações de si próprios em relação aos papéis que desempenham, bem como sobre as suas visões dos grupos envolvidos e sobre a forma como deveriam enfrentá-los.

A partir da narrativa oficial (porque é sustentada por expertos e funcionários do Estado), procura-se descrever as representações sociais dos residentes, bem como identificar se o sentimento de medo do crime e insegurança varia de acordo com o bairro onde se vive. Investiga-se, então, os efeitos destas representações sobre a vida dos residentes entrevistados.

5. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE VIOLÊNCIA E CRIME

5.1 O que informam os questionários aplicados



A violência afeta a vida das pessoas em Rio Branco, embora de forma desigual. O número de mortes violentas, dado objetivo utilizado para interpretar o nível de violência neste artigo, tem aumentado nos últimos anos e permanece muito acima da média de outras capitais brasileiras. De acordo com a interpretação desses dados e com as representações dos especialistas, o crescimento da violência em Rio Branco se deve ao aparecimento, disputas e permanência de facções criminosas no território do estado do Acre.

Nesse contexto, como guia para a parte final da pesquisa, indaga-se: O que pensa a população sobre o complexo fenômeno da violência, supostamente, perpetrado por facções criminosas na cidade de Rio Branco? Como representam o medo do crime e o sentimento de insegurança? As representações sociais variam de acordo com a área geográfica em que os residentes vivem?

Aplicou-se enquête por meio de questionário misto através da plataforma *Google Forms*, a 25 (vinte e cinco) residentes do bairro do *Belo Jardim* e 25 (vinte e cinco) do *Vilage Wilde Maciel*, o que totalizou **amostra de 50 (cinquenta) residentes**, composta por um quadro de mulheres e homens entre 21 (vinte e um) e 67 (sessenta e sete) anos de idade. Especificamente, 19 (dezenove) mulheres e 6 (seis) homens do *Belo Jardim*; 15 (quinze) mulheres e 10 (dez) homens do *Vilage Wilde Maciel*. Embora ambos os bairros estejam localizados na cidade de Rio Branco, apresentam condições socioeconômicas e contextos de violência muito diferentes.

O objetivo da investigação foi conhecer e compreender os sentimentos de medo do crime e de insegurança dos habitantes dos referidos bairros. Uma das perguntas do questionário inquérito foi: Você sente medo do crime e insegurança em Rio Branco? O resultado foi unânime em ambos os bairros. **Todos os entrevistados afirmaram sentir medo e insegurança em Rio Branco.**

Inicialmente, imaginava-se que os residentes do bairro *Vilage Wilde Maciel* expressariam percepções diferentes do risco de crime em comparação com os residentes do bairro de *Belo Jardim*, uma vez que os relatórios indicam o primeiro bairro como uma área livre da ação das facções criminosas. A hipótese inicial era que o sentimento de insegurança na cidade variaria de acordo com a região em que se vive. Por conseguinte, também lhes foi perguntado sobre a intensidade do medo do crime e da insegurança¹². Veja-se as respostas:

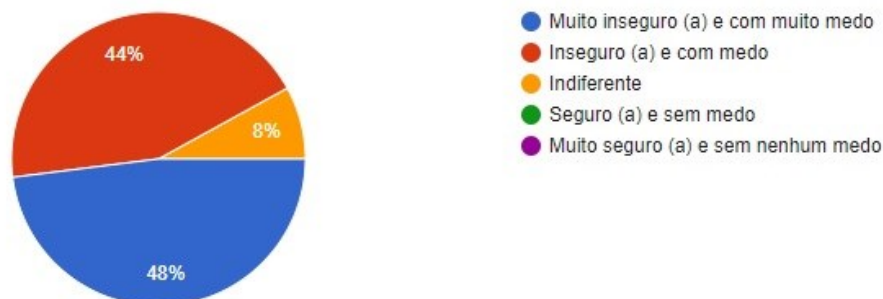
5.2 O que relatam os residentes?

12 Embora a amostra seja inferior a 100 participantes, nessa investigação exploratória, utilizou-se percentagens apenas para facilidade de descrição e análise. Não se pretende sugerir sejam generalizadas as conclusões.

Belo Jardim

Em caso de resposta "sim" ou "não" ao item 6, EM QUAL NÍVEL?

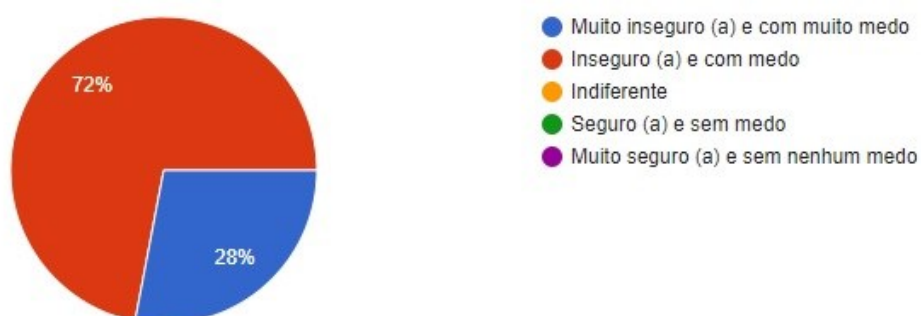
25 respostas



Vilage Wilde Maciel

Em caso de resposta "sim" ou "não" ao item 6, EM QUAL NÍVEL?

25 respostas



Verificou-se que 48% dos inquiridos no *Belo Jardim* reportam **sentir-se muito inseguros e com muito medo do crime**. Em contraste, com 28% dos inquiridos no *Vilage Wilde Maciel*. Essa primeira representação social da violência pelos habitantes do Rio Branco aponta para o que Dantas, Persinij e Da Silva Júnior (2007) afirmam: que o medo do crime aumenta quando uma pessoa reside numa zona violenta. No entanto, entre os entrevistados do *Belo Jardim*, 44% relataram sentir-se **inseguros e com medo** da criminalidade. Por sua vez, 75% dos habitantes do *Vilage Wilde Maciel* responderam à pergunta desta forma. A soma das respostas “muito inseguro (a) e com muito medo” e “inseguro (a) e com medo” na região de *Belo Jardim* atingiu 92%, ou

seja, a maioria dos seus residentes expressou sentimento de medo e insegurança, enquanto 8% dos inquiridos declararam-se indiferentes ao risco de violência.

Por seu turno, embora vivam numa zona menos violenta, considerada livre de facções criminosas, nenhum dos inquiridos que vivem no *Village Wilde Maciel* declarou sentir-se seguro e sem medo do crime na sua cidade. Nota-se, portanto, que as representações sociais dos participantes da investigação mostram que quase todos declararam sentir-se afetados de alguma forma pela violência em Rio Branco - com exceção dos 8% dos residentes de Belo Jardim que se declararam indiferentes à questão.

Entre os participantes do bairro de *Belo Jardim*, as diferenças de gênero são também perceptíveis. Entre as mulheres residentes, 17 das 19 questionadas relataram insegurança e medo, das quais 10 relataram muita insegurança e medo. Entre os homens, 6 responderam sentir-se inseguros e entre eles, 2 relataram muita insegurança e medo. Já entre os participantes do bairro de *Village Wilde Maciel*, todos os 15 inquiridos relataram medo e insegurança, dos quais 6 relataram sentir-se muito inseguros, diferente do que podemos ver no bairro mais pobre e mais violento. Entre os 10 homens entrevistados na zona da classe média alta, 9 relataram medo e insegurança e apenas um dos inquiridos relatou sentir-se muito inseguro.

Além disso, foi-lhes indagado sobre as situações em que sentiam medo e insegurança e de quê exatamente. Os residentes do *Belo Jardim* afirmaram que sentem quando estão em casa (algumas são invadidas por integrantes de facções criminosas e os proprietários são expulsos), na rua durante o dia e à noite, no trabalho, quando saem de casa para ir trabalhar, quando se deslocam pela cidade: em suma, em todas as situações da vida cotidiana. Declaram ter medo de assaltos, crimes sexuais, sequestros, assassinatos, violência fora ou dentro das suas próprias casas - pois temem a invasão das suas casas por facções criminosas (entram nas suas casas e se o residente não sai, a sua vida está em risco) - e têm medo da guerra entre estes grupos organizados. Além disso, uma respondente manifestou preocupação com o futuro do seu filho que vive nesse contexto violento.

No que se refere aos horários considerados mais perigosos, todos do *Belo Jardim* expressaram medo do crime e da insegurança, especialmente à noite. Por sua vez, 76% dos residentes do *Village Wilde Maciel* indicaram que tinham mais medo à noite e 24% durante o dia. Antes de serem questionados sobre as mudanças na sua vida cotidiana, foram também questionados sobre o aparecimento de facções criminosas em Rio Branco e se consideravam que a capital se tinha tornado mais perigosa com o aparecimento de organizações criminosas: 96% dos residentes de *Belo Jardim* e 100% dos residentes de *Village Wilde Maciel* responderam positivamente.

Considerando a redução das taxas de mortes violentas intencionais (MVI) na cidade desde 2018, também foi questionado se a sua percepção era de que o crime está num movimento ascendente em função do surgimento desses grupos. A resposta “sim” representou 96% no bairro de *Belo Jardim* e 80% no outro bairro ora analisado. Percebe-se, portanto, que a representação social dos residentes não varia de acordo com os dados empíricos que mostram uma diminuição dos níveis de violência.

A fim de identificar representações de possíveis mudanças na vida cotidiana devido à criminalidade organizada e o tráfico de droga, perguntamos aos participantes sobre as mudanças na sua rotina desde o surgimento das facções criminosas na cidade. Oitenta e oito por cento (88%) dos participantes em ambos os bairros declararam que o contexto de violência causada por facções criminosas piorou a sua qualidade de vida. No bairro *Belo Jardim*, 4% declararam que a violência não tinha agravado as suas vidas e 8% indicaram que eram “indiferentes”, enquanto que no *Village Wilde Maciel*, 8% indicaram que a sua qualidade de vida não tinha piorado e 4% declararam-se “indiferentes”.

Noventa e seis por cento (96%) e 88% dos entrevistados no *Belo Jardim* e no *Village Wilde Maciel*, respectivamente, manifestaram que o movimento de pessoas nas ruas de Rio Branco mudou devido à presença de facções criminosas. Nesse sentido, indicaram que: (a) ninguém pode ficar em frente das suas casas; (b) preferem ficar trancados nas suas casas do que sair, por medo de roubo, homicídio ou outra violência; (c) o fluxo de pessoas diminuiu nas ruas; (d) o fluxo diminui após as horas de trabalho; (e) ninguém vai mais a praças, parques, cinema, bares, espaços públicos em geral; (f) as crianças já não brincam nas ruas; (g) evitam ir a restaurantes, bares, sair de casa em geral, à noite; (h) não praticam mais atividades físicas ao ar livre, como andar de bicicleta ou caminhar; (i) estão sempre atentos; (j) gostariam de visitar familiares à noite, depois do dia de trabalho, mas não podem; (k) evitam lugares isolados.

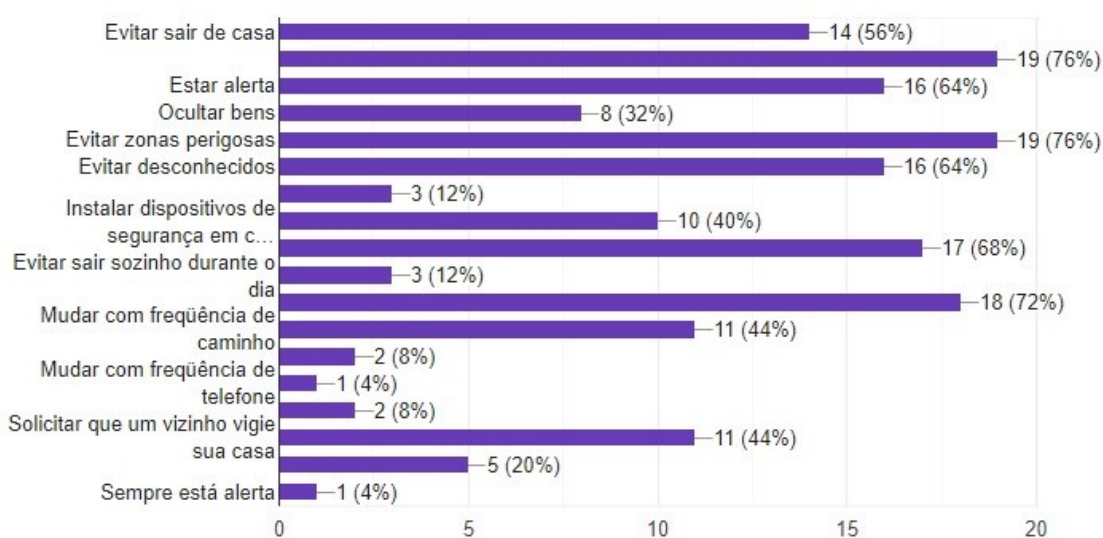
Dessa maneira, foi questionado se os entrevistados tinham mudado e incorporado algum novo hábito na sua vida cotidiana devido à violência associada às facções criminosas: 84% dos indivíduos entrevistados que vivem no *Belo Jardim* e 92% da amostra do *Village Wilde Maciel* responderam “sim”. Os participantes relataram ter adotado um ou mais dos seguintes hábitos: evitam sair de casa, especialmente à noite; estão atentos quando entram e saem de casa; não realizam atividades físicas ao ar livre; não circulam nas ruas e lojas; não transportam objetos como celulares e relógios; evitam ficar no carro e parar ao sinal vermelho dos semáforos à noite; não vão a ruas vazias; e estão mais atentos ao que se passa à sua volta (especialmente com a aproximação de motos).

Finalmente, o questionário pontuou possíveis estratégias de defesa que poderiam ter adotado em face do fenômeno das facções criminosas em Rio Branco e se chegou a essa resolução:

Belo Jardim

12. DIANTE DO FENÔMENO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS, VOCÊ ESTABELECEU ALGUMAS DAS ESTRATÉGIAS DE DEFESA A SEGUIR:

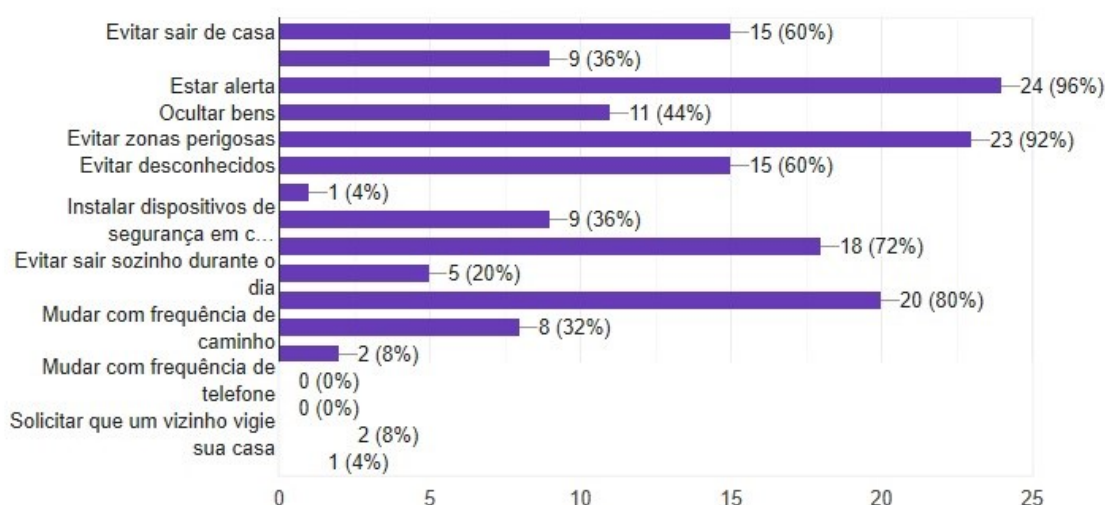
25 respostas



Vilage Wilde Maciel

12. DIANTE DO FENÔMENO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS, VOCÊ ESTABELECEU ALGUMAS DAS ESTRATÉGIAS DE DEFESA A SEGUIR:

25 respostas



Em geral, as estratégias de defesa utilizadas pelos residentes dos dois bairros coincidem. Contudo, houve diferenças relevantes entre as respostas. Por exemplo, 19 pessoas do bairro *Belo Jardim* relataram trancar as suas portas em casa ou no trabalho, enquanto apenas 9 pessoas do bairro de *Vilage Wilde Maciel* relataram a mesma preocupação. Observamos, ainda, que os residentes do bairro mais pobre são mais acionados pelos seus vizinhos (um total de 11 pessoas responderam afirmativamente a este elemento da pergunta), sugerindo uma falta de outros recursos e a consequente necessidade de interação comunitária para se defenderem das facções. Por outro lado, no bairro da classe média alta, apenas 2 pessoas mencionaram que pediram a um vizinho para vigiar a sua casa, sugerindo uma hipótese explicativa de que os residentes deste bairro já possuem dispositivos de segurança para proteger os seus bens.

5.3 Relatos dos participantes da pesquisa

Os relatos dos funcionários entrevistados e os relatórios oficiais consultados indicam que a disputa sobre as rotas do tráfico de droga entre facções criminosas mudou a realidade de Rio Branco. Assim, os entrevistados descrevem uma cidade que se tornou muito mais violenta nos últimos anos: os cidadãos andam agora pela cidade com a máxima atenção e evitam certos lugares. Os dados disponíveis também sugerem realidade violenta em Rio Branco e conduzem aos relatos dos agentes públicos entrevistados.

Dessa forma, a partir desse cenário, procurou-se compreender as representações sociais dos residentes, em especial, como o sentimento de medo do crime e da insegurança é exteriorizado e, principalmente, se existem diferenças nesse sentimento entre os bairros da cidade. Posteriormente, buscou-se conhecer os efeitos dessas representações sobre a vida dos residentes questionados. As entrevistas com funcionários, especialistas locais que trabalham em agências governamentais especializadas no combate ao crime organizado, indicam a preocupação em apresentar argumentos baseados em dados oficiais, e procuram confirmar os seus diagnósticos acerca da violência urbana. A cena que descrevem é a de uma cidade no Norte do Brasil, anteriormente muito pacífica, mas que foi tomada pelas facções e pela violência. Não obstante, salientam que o crime e as mortes violentas ocorrem particularmente em certas zonas da cidade. Contudo, apoiados pelos seus relatórios oficiais, apontam para o aumento da criminalidade e da dinâmica entre as facções.

Por sua vez, os relatos dos residentes revelam diferentes representações da violência em Rio Branco. É verdade que os resultados do questionário aplicado mostram sentimento generalizado de insegurança e medo do crime. Os relatos indicam mudanças na vida da população e como as pessoas tiveram de se adaptar a ambientes, muitas vezes, conflituosos.

Alguns dos participantes indicam as suas estratégias de sobrevivência, rotinas alteradas e como tentam se proteger. Outros revelam insatisfação com a polícia, pois essa não se mostra como uma instituição capaz de garantir direitos como a liberdade de andar na rua ou de frequentar lugares que anteriormente estavam habituados. As narrativas estão ancoradas em preocupações concretas sobre a vida, sobre as necessidades de cada pessoa na sua vizinhança, e revelam como a violência parece afetar as pessoas de formas diferentes. Os habitantes do bairro de Belo Jardim, uma das zonas mais pobres e conflituosas de Rio Branco, apresentam impressões diferentes, como se pode ver nas declarações seguintes:

- “Meu bairro acontece muitas mortes, acredito que seja rivalidades entre facções *[sic]*” (mulher, 37 anos);
- “[Tenho medo em] praticamente todas as situações: no trabalho, em casa, na rua. Atualmente, não estamos seguros em lugar nenhum” (mulher, 42 anos);
- “Homicídios e muitas invasões acontecem, isso nos deixa apavorados, com medo e inseguros”. (mulher, 22 anos);
- “Eles não respeita ninguém, querem território e comandar tudo isso é pirigoso para população *[sic]*” (mulher, 37 anos);
- “Em quais quer situação de dia de noite no trabalho nem mesmo em casa estamos seguro, o poder público perdeu o controle da situação *[sic]*” (homem, 53 anos);

- “O medo e a insegurança em bairros como belo jardim e outros, acontece porque muitas vezes moradores São expulsos de suas casas para as facções se aposarem dela. Você tem que sair, se não sair sua vida corri risco de morte *[sic]*” (mulher, 37 anos);
- “Medo de algum dia passar por alguma situação dentro de minha casa, ser roubada ou até mesmo acontecer algo pior” (mulher, 22 anos);
- “[Tenho medo] de tudo e o futuro que espera pelo meu filho se as coisas continua assim *[sic]*” (mulher, 24 anos);
- “De ser morta até mesmo por engano” (mulher, 29 anos).

Os participantes, também, descreveram mudanças no movimento de pessoas na cidade:

- “Se eles ameaçam que não pode sair de casa ou tem período que eles tocam terror na cidade, a circulação de pessoas diminui *[sic]*” mulher, 37 anos);
- “Por exemplo: os alunos que estudam à noite, desistem devido a violência *[sic]*” (mulher, 42 anos);
- “As pessoas não podem n ficar na frente de suas casas *[sic]*” (mulher, 47 anos);
- “É só passar em alguns bairros que vc percebe!! Todos dentro de casa á partir das 18:00 *[sic]*” (homem, 40 anos);
- “Sim, os faccionarios sentem que podem dominar tudo e controlar a comunidade, muitas vezes obrigados até a seguir regras deles nos bairros. A comunidade é limitada por eles *[sic]*” (mulher, 22 anos);
- “Se eles determinar algo, a não obediência tem suas consequências. Então o melhor é ficar em casa nesse período de atacarem (ônibus, departamento público etc) *[sic]*”. (mulher, 37 anos);
- “Não saímos mas nos fins de semana pra nada vivemos eternamente preso dentro de nossas próprias casas *[sic]*” (homem, 53 anos).

Os participantes demonstraram preocupação com os jovens e o risco de serem cooptados pelo crime organizado, como se vê neste excerto de um relato: “Com o crescimento de jovens entrando para facções. O cuidado crece, não ficar com celular e objetos de mais valor expostos. O cuidado dobra em todos os sentidos *[sic]*” (mulher, 37 anos).

Os residentes do bairro de *Vilage Wilde Maciel* também alegam insegurança e mencionam estratégias que adotaram para lidar com esse cenário. Em comparação com a violência oficial no

bairro *Belo Jardim*, dados oficiais e relatórios sobre o bairro *Vilage Wilde Maciel* descrevem uma zona calma, não afetada pelos elevados níveis de violência de outras zonas da Rio Branco. Por exemplo, não há relatos recentes de mortes violentas nessa área. No entanto, os vizinhos relatam insegurança em andar nas ruas, fazem alusão a mudanças nas suas vidas, e demonstram medo de assaltos e outras formas de violência.

Todavia, o medo para os residentes de um bairro de classe média-alta é retratado de forma diferente daquilo relatado pelos residentes de zonas pobres. Não apresentam narrativas de medo de terem suas casas invadidas e serem expulsos. A violência nas ruas exige que os residentes dirijam os seus carros com os vidros fechados, e protestam que já não podem se exercitar na rua como costumavam fazer. Informam que preferem as academias e evitam o exercício ao ar livre. As caminhadas que costumavam fazer no passado já não são possíveis. Algumas das histórias sobre situações em que eles se sentem inseguros e receosos nos dão uma melhor compreensão:

- “No trânsito, ao sair dos bancos, ao sair de casa, ao entrar e sair de casa, quando a minha família sai de casa” (mulher, 42 anos);
- “Dirigir depois das 22 horas na cidade, passando por alguns bairros” (homem, 22 anos);
- “Andando na rua, a pé ou de carro, bem como em qualquer espaço público, como praças e parques *[sic]*” (homem, 51 anos).
- “As pessoas deixaram de caminhar e andar de bicicleta nos parques e ruas” (homem, 55 anos);
- “As pessoas não sentem-se seguras ao andar pelas ruas, seja em qualquer hora do dia” (mulher, 23 anos);
- “As pessoas sentem medo de ficar dentro do carro parado nas ruas” (mulher, 45 anos);
- “Muito medo assalto pessoas de moto” (homem, 51 anos).

Ademais, os entrevistados manifestam o medo de assalto e sequestro - um deles detalha o medo de assalto e de todas as formas de violência. Menciona-se que muitas pessoas que costumavam fazer exercício à noite, caminhando, tiveram que mudar o seu horário para se exercitar, mas que o fazem com medo, o que afeta a saúde mental. Outras pessoas simplesmente deixaram esse “hábito saudável” sem custo financeiro, pois nem todos podem pagar as academias. Um participante afirmou que “Outra mudança foi que até par fazer visita a familiares ficou de certa forma comprometida, pois muitos trabalhamos durante o dia inteiro, e para visitar

algum parente à noite ficamos preocupados em sair também” (mulher, 48 anos). Há também outras histórias no mesmo sentido:

- “As famílias vivem segregadas” (mulher, 65 anos);
- “Não me sinto mais segura fora de mina casa” (mulher, 45 anos);
- Passei a sair menos e voltar mais cedo pra casa durante a noite. (mulher, 63 anos);
- “Cuidados ao sair a noite de casa, preferindo sair com o carro mais simples” (mulher, 51 anos);
- “Deixei de caminhar e ando com os vidros do carro fechados e portas travadas (homem, 55 anos);
- “Não costumo andar pelas ruas e quando necessário, sempre ando acompanhada” (mulher, 23 anos);
- “Na chegada em casa observar se n está sendo seguido” (homem, 61 anos);
- “Evito sair. Não saio com objetos de valor expostos. Evito ficar dentro do carro parado. A noite evito parar nos sinais” (mulher, 45 anos);
- “Não tenho mais andado a pé para ir a locais próximos da minha casa, como supermercado, salão; reduzi a prática de caminhadas que eu fazia; tripliquei as observações ao sair e aí entrar no Prédio onde moro, ao estacionar o carro nas ruas da cidade, tendo cuidado maior antes de abrir porta, descer do carro, olhar em todos os ângulos possíveis antes de sair ou entrar no veículo, ou ao adentrar em um comércio; quando aciono um serviço de aplicativo de motorista fica sempre a desconfiança de saber se é ou não pessoa de confiança, então enquanto não chego no endereço fico observando o trajeto (...)” (mulher, 48 anos);
- “Sempre atento a aproximação de motociclistas” (homem, 46 anos);
- “Não faço mais caminhada ao ar livre” (mulher, 35 anos).

6. CONCLUSÕES

Os dados oficiais revelam cenário marcado pela violência associada ao tráfico de droga em Rio Branco, contexto semelhante ao que apontam estudos recentes sobre a questão da violência em outras cidades da região (Corrêa e Lobo 2019; Couto, 2018). As narrativas dos experts, empregados em agências especializadas locais, representam o domínio das facções e a guerra pelo domínio dos territórios de tráfico como explicação para o fenômeno do crescimento



da violência na capital do estado do Acre. Reconhece-se que o domínio do crime organizado ocorre em espaços abandonados pelo poder público. Os grupos criminosos dominam as prisões e atuam diretamente nos bairros com os piores índices de desenvolvimento social e econômico.

Na chave de leitura proposta pela teoria das representações sociais (TRS), o discurso oficial informa sobre as representações oferecidas por estes funcionários, assim como as suas autorrepresentações quando discorrem sobre o papel dos serviços de segurança pública (que seria o seu próprio papel no seio destas instituições), as críticas sobre o investimento local insuficiente e as falhas da legislação. Manifestam que “fazem o que podem com o que têm”, mas há pouca menção é feita ao serviço precário prestado pelas forças de segurança ou à questão da violência policial nos bairros mais pobres.

Apesar disso, ressalta-se a distância entre o que se pode fazer o poder público e o que se deveria fazer para enfrentar o desafio da violência local, especialmente, porque existe clara necessidade de ação integrada entre membros de diferentes organizações do sistema penal para desenvolver políticas preventivas e estratégias repressivas de acordo com os dados disponíveis para o poder local.

Em estudo recente sobre mortes violentas em Rio Branco, Araújo e Silva (2019) relacionam a violência ao fenômeno das disputas entre facções rivais e como elas afetam o medo do crime entre a população. Nessa pesquisa, de acordo com a abordagem teórica proposta (do TRS), embora os dados indiquem a existência de medo do crime nos bairros selecionados para a amostragem desta pesquisa, constatou-se que existem diferentes manifestações desse medo e representações sobre a forma como o medo impacta a vida das pessoas. Aqueles que vivem no bairro *Belo Jardim* revelam experiências concretas daqueles que vivem muito próximos dos contextos de violência e da origem do medo das facções criminosas, devido ao fato de viverem em território dominado por essas mesmas facções. Para além do simples medo, esses residentes da parte mais pobre da cidade expressam que devem seguir as ordens dos grupos, sejam elas quais forem - inclusive tendo de abandonar as suas casas se lhes for exigido. Essas são formas de violência que não acontecem no bairro da classe média alta (*Vilage Wilde Maciel*).

Em contraste, as histórias do bairro “rico” exteriorizam críticas às autoridades locais por terem perdido o controle sobre a situação de segurança na cidade e por não terem feito nada para proteger a população. Os residentes desse bairro não expressam medo de perder as suas casas devido ao domínio das facções, mas expressam outras preocupações, uma vez que a violência afeta o seu lazer e negócios. Dizem que já não podem fazer exercício ao ar livre ou ir a parques públicos. Eles enfatizam a prudência ao sair de casa e ao dirigir. De fato, embora o medo do crime afete indistintamente as pessoas em diferentes partes da cidade, as experiências particulares

em cada bairro se refletem nas distintas percepções de como o medo e a insegurança influenciam a vida das pessoas.

Este estudo exploratório sugere outras possibilidades de investigação em contextos locais na região Norte do Brasil, principalmente, no estado do Acre, a partir de outras abordagens e metodologias. Seria importante utilizar outros instrumentos no futuro, tais como questionários de vitimização, a fim de aprofundar os resultados deste estudo e fornecer novas perspectivas para pensar sobre as representações do medo por parte dos residentes de Rio Branco.

REFERÊNCIAS

- Adorno, S.; Lima, R. S. *Violência, Polícia, Justiça e Punição*. São Paulo, Brasil: Alameda, 2019.
- Adorno, S.; Salla, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Revista Estudos Avançados*, vol. 21, n. 61, 2007, pp. 7-29.
- Albanese, J. S.; Das, D. K.; Verma, A. *Organized Crime: World Perspectives*. New Jersey, EUA: Prentice Hall, 2003.
- Amorim, C. *CV e PCC juntos no ataque ao mais poderoso traficante da fronteira*. Jorge Rafaat, atacadista de maconha paraguaia, levou 120 tiros de metralhadora ponto 50. As facções recrutaram mais de 100 mercenários de vários países. 2016. Recuperado de <https://carlosamorim.com/2016/06/19/cv-e-pcc-juntos-no-ataque-ao-mais-poderoso-traficante-da-fronteira-jorge-rafaat-atacadista-de-maconha-paraguaia-levou-120-tiros-de-metralhadora-ponto-50-as-faccoes-recrutaram-mais-de-100-mercenari/>
- Araújo, J. S.; Silva, J. C. Violência e segurança pública: uma análise geográfica sobre os índices de homicídios em Rio Branco. *ACTA Geográfica*, 13(31), 2019, pp. 121-145.
- Araújo, J.; Fonseca, V. Crime Organizado no Brasil: Relatos de um Policial Militar. *Hegemonia: Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro*, vol. 15, 2015, pp. 93-116. Recuperado de [http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/Jacques%20Araújo%20e%20Vicente%20Fonseca%20\(5\).pdf](http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/Jacques%20Araújo%20e%20Vicente%20Fonseca%20(5).pdf)
- Azevedo, R. G.; Sinhoretto, J. O sistema de justiça criminal na perspectiva da antropologia e da sociologia. *BIB*, n. 84, 2017, pp. 188-215.
- Bagley, B. The evolution of drug trafficking and organized crime in Latin América. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 71, 2013, pp.99-123.
- Brasil. Lei nº 12.850 de 2013. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12850.htm
- Brodeur, Jean-Paul. Organized Crime: trends in the literature. *Forum on Organized Crime*, Ottawa, 1996, pp. 27-28.

BBC News. *Guerra de facções torna Rio Branco, no Acre, a capital onde homicídios mais aumentam no Brasil*. 2018. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42783116>

Caldeira, T.; Holston J. Democracy and violence in Brazil. *Comparative Studies in Society and History*, vol. 41(4), 1999, pp. 691–729. Recuperado de <https://www.cambridge.org/core/journals/comparative-studies-in-society-and-history/article/democracy-and-violence-inbrazil/FCB9AE6B3598FFEF887FBCEF5A1033C4#fndtn-information>

Campos, L. M.; Santos, N. O Crime Organizado e as prisões no Brasil. **Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito**. 2004. Recuperado de <https://www.mpam.mp.br/centros-de-apoio-sp-947110907/combate-ao-crime-organizado/doutrina/424-o-crime-organizado-e-as-prisoos-no-brasil>

Cerqueira, D. *et al. Atlas da violência* 2019. 2019. Recuperado de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9406>

Cerqueira, D. *et al. Atlas da Violência* 2020. 2020. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2020>

Chagas, C. A. N; Silva, M. P.; Vieira, D. C. De M. *Geografia da violência: produção do espaço, território e segurança pública*. Belém, Brasil: GAPTA/UFGPA, 2018.

Cohen, N., & Arieli, T. Field research in conflict environments: Methodological challenges and snowball sampling. *Journal of Peace Research*, vol. 48(4), 2011, pp. 423-435. DOI: <https://doi.org/10.1177/0022343311405698>

Costa, A. T. M. *Segurança pública, redes e governança*, 2020. Inédito.

Costa, A. T. M.; Durante, M. A polícia e o medo do crime no Distrito Federal. *DADOS*, vol. 62 (n. 1), 2019, pp. 239-265.

Corrêa, R. S.; Lobo, M. A. A. Distribuição espacial dos homicídios na cidade de Belém (PA): entre a pobreza/ vulnerabilidade social e o tráfico de drogas. *Urbe Revista Brasileira de Gestão Urbana*, vol. 11, 2019, pp. 1-17.

Couto, A. S. O. *Do poder das redes às redes do poder: Necropolítica e Configurações Territoriais Sobrepostas do Narcotráfico na metrópole de Belém-PA* (Tesis doctoral). Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil, 2018.

Dammert, L. *Fear and Crime in Latin America: redefying State-Society Relations*. New York, EUA: Routledge, 2012.

Dantas, G. F. D. L., De Persijn, A. N. N. I. K., & Júnior, Á. P. D. O medo do crime. *O alferes*, vol. 22(n. 62). 2007. Recuperado de: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/article/view/41>.

Da Silva, E. *Crime Organizado: procedimento probatório* (2. Ed.). São Paulo, Brasil: Atlas, 2009.



Da Silva Junior, Gaspar. Facção Criminosa. En A. F. Messa, J. R. Carneiro (Ed.), *Crime Organizado* (pp. 127-156). São Paulo, Brasil: Saraiva, 2012.

Folha de São Paulo. “Facção Criminosa PCC foi Criada em 1993.” 2006. Recuperado de <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u121460.shtml>

Deluchey, J-F. *Sécurité Publique et Ordre Démocratique au Brésil L'Etat du Pará* (Tesis doctoral). Universidad de Sorbonne, Paris, Francia, 2000.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 2018.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 2019.

Frazão, F. Narcos: megatraficante brasileiro é fuzilado no Paraguai. Revista Veja, 2016, s/p. Recuperado de <https://veja.abril.com.br/brasil/narcos-megatraficante-brasil-eiro-e-fuzilado-no-paraguai/>

G1. *Ataques assustam população do AC e governo convoca PMs da reserva*. 2015. Recuperado de <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2015/10/ataques-assustam-populacao-do-ac-e-governo-convoca-pms-da-reserva.html>

Guest, G.; Bunce, A; Johnson, L. How Many Interviews Are Enough? An Experiment with Data Saturation and Variability. *Field Methods*, vol. 18(1), 2006, pp. 59–82. DOI: <https://doi.org/10.1177/1525822X05279903>.

Hale, C. Fear of Crime: a review of the literature. *International Review of Victimology*, vol. 4, 1996, pp. 79- 150.

IBGE. Rio Branco. 2010. Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ac/rio-branco.html>

IBGE. *Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário*. 2011. Recuperado de https://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/base_de_informacoes_por_setor_censitario_universo_censo_2010.pdf

IBGE. Rio Branco. 2020. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/rio-branco/panorama>

IBGE. Informe Técnico 002/2020, 2020a.

NAT/MCPAC. *Observatório de Análise Criminal*, 2020.

Lima, R.S., Sinhoretto J.; Bueno, S. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 30(1), 2015, pp. 123–144.

Lima, R. S.; Ratton, J. L.; Azevedo, R. G. (Ed.). *Crime, polícia e Justiça no Brasil*. São Paulo, Brasil: Contexto, 2004.

Machado, Bruno A.; Porto, Maria Stela Grossi. Homicídio na área metropolitana de Brasília: Representações Sociais dos Delegados de Polícia, Promotores de Justiça e Magistrados. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 17, n 40, set/dez 2015, p. 294-325.

Machado B.A.; Porto, M. S. G. Social representations of homicide investigations by judges, prosecutors and police: A case study from the metropolitan area of Brasília. *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy*, vol. 8(1): pp. 86-99, 2019. DOI: 10.5204/ijcsd.v8i1.935

Maia, A. B. M. A origem do crime organizado no Brasil: conceito e aspectos históricos. *Revista Acadêmica da Escola Superior do Ministério Público do Ceará*. Fortaleza, 3(1). 2011. Recuperado de http://tmp.mpce.mp.br/esmp/publicacoes/edi12011_f/artigos/ArianeBastosdeMendoncaMaia.pdf

Manso, B. P.; Dias, C. N. *A guerra – A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2018.

Miguez, D.; Misse, M.; Isla, A. *Estado y crimen organizado en América Latina*. Buenos Aires: Araucaria, 2014.

Moscovici, S. Prefácio. En: Jovchelovitch, S; Guareschi, P. *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Moscovici, S. Das Representações Coletivas às Representações Sociais: elementos para uma história. En D. Jodelet (Ed.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro, Brasil: UERJ, 2001.

Moscovici, S. *Representações Sociais – Investigações em Psicologia Social*. Petrópolis, Brasil: Vozes, 2003.

Muniz, J.; Caruso, H.; Freitas, F. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. *BIB*, n. 84, 2017, pp. 148-187.

Nações Unidas. *Convention against Transnational Organized Crime*. 2003. Recuperado de [https://www.unodc.org/unodc/en/organized-crime/intro/UNT OC.html](https://www.unodc.org/unodc/en/organized-crime/intro/UNT%20OC.html)

Nações Unidas (2015). *13th United Nations Congress on Crime Prevention and Criminal Justice*. 2015. Recuperado de http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.222/L.6

Neves, A. J. N. et al. *Segurança pública nas fronteiras, sumário executivo: Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON)*. Brasília, Brasil: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

Observatório de Análise Criminal do Núcleo de Apoio Técnico do Ministério Público do Estado do Acre (2019). *Relatório de Informações de Indicadores Prioritários de Violência e Criminalidade: 2007-2019*. Recuperado de: <https://www.mpac.mp.br/coordenacao-do-observatorio-de-analise-criminal/>

Porto, M. S. G. *Sociologia da Violência: do Conceito às Representações Sociais*. Brasília, Brasil: Editora Verbená, 2010.



Paoli, Letizia. What is the link between organized crime and drug trafficking?. *Rausch*, vol. 6(4), 2017, pp.181-189.

Potter, Gary W. *Criminal Organizations: Vice, Racketeering and Politics in an American City*. Prospect heights, EUA: Waveland Press, 1994.

Ramos, E. M. L. S. *et al. Segurança e defesa: cidade, criminalidade, tecnologia e diversidade*. Volumes 1-4. Cabo Verde: Edições Uni-CV, 2019.

Reginato, S. S.; Moreira, G. R. *O crime organizado no Brasil*. 2015. Recuperado de: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/5083>

Reuter, P. Drug markets and organized crime. *The Oxford handbook of organized crime*. New York, EUA: Oxford University Press, 2014.

Richardson, R. J.; Pfeiffer, D. K. *Pesquisa Social: métodos e técnicas* (4 ed). São Paulo, Brasil: Atlas, 2017.

Schabbach, L. M. O crime organizado em perspectiva mundial. *Sociologias*, vol. 15(34), 2013, pp. 278-293.

Silva, E. A. *Organizações criminosas: aspectos penais e processuais da Lei nº 12.850/13* (2. ed.). São Paulo, Brasil: Atlas, 2015.

Silvestre, G. “*Enxugando iceberg*”: *como as instituições estatais exercem o controle do crime em São Paulo* (Tesis doctoral). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Brasil, 2016.

Instituto Sou da Paz. Relatório “*Onde mora a impunidade?*: Porque o Brasil precisa de um índice nacional de esclarecimento de homicídios”. Brasil: Instituto Sou da Paz. 2019 Recuperado de: http://soudapaz.org/wp-content/uploads/2019/11/Instituto-Sou-da-Paz_Onde_Mora_a_Impunidade.pdf

Souza, K. MPAC monitora fronteiras do Acre e mapeia rotas utilizadas por traficantes. 2018. Recuperado de <https://www.mpac.mp.br/os-caminhos-da-droga-que-sai-do-peru-e-bolivia-ate-chegar-ao-ac/>

Tribunal de Justiça do Estado do Acre. *Combate ao Crime: Juízo Criminal de Brasília condena oito integrantes de facção criminosa*. 2018. Recuperado de <https://www.tjac.jus.br/noticias/combate-ao-crime-juizo-criminal-de-brasileia-condena-oito-integrantes-de-facciao-criminosa/>

Vinuto, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 2014, pp. 203-220.

Waiselfisz, J. J. *O mapa da violência 2016. Homicídios com armas de fogo*. São Paulo, Brasil: Flacso Brasil, 2017.

Sobre os autores:**Bruno Amaral Machado**

Professor da graduação e dos Programas de Mestrado e Doutorado em Direito do Uniceub. Professor da FESMPDFT (Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios). Professor colaborador da Escola Superior do MPU (Ministério Público da União) e do IDP (Instituto Brasiliense de Direito Público). Pesquisador associado do Nevis (Núcleo de Estudos da Violência - Departamento de Sociologia da Unb). Master Europeu Sistema Penal e Problemas Sociais e Doutor em Direito (especialidade Sociologia Jurídico-penal) pela Universidade de Barcelona. Estágio de pós-doutorado no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, com estâncias de pesquisa em Fordham e John Jay, em 2011. Entre 2007 e 2012 foi professor do Programa de Doutorado em Ciências Penais da Universidade de San Carlos (Guatemala). Entre 2010 e 2011 foi membro auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público. Promotor de Justiça do MPDFT (1993). Tem experiência nas seguintes áreas: história do pensamento criminológico, teoria criminológica, teoria sistêmica, teoria organizacional aplicada ao sistema de justiça, história do direito penal, sociologia do direito, sociologia do campo jurídico-penal, metodologia e técnicas de pesquisa sócio-jurídica e política criminal.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6719883195099829> ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7425-7066>

E-mail: brunoamachado@hotmail.com

Luisa Amélia Lino

Graduada em Direito (Ciências Jurídicas e Sociais) pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasil. Mestre em Criminologia com especialização em Política Criminal pela Universidade de Barcelona, Espanha. Atualmente, sou advogada criminalista no setor privado, também sou advogada colaboradora da Primeira Defensoria Pública do Segundo Grau e dos Tribunais Superiores da Defensoria Pública do Distrito Federal e Territórios e, estudante concurso público para o cargo de juiz. Além disso, participei, em abril de 2022, da conferência "Confronting Urban Violence: Global Interdisciplinary Investigations UK-Brazil Workshops" na Queen Mary University of London. Além disso, é co-autor deste artigo o Sr. Bruno Machado, que possui doutorado.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9470-8402>

E-mail: luisaamelialino@outlook.com

Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.